



**REQUERIMENTO Nº _____ de 2004.
(Do Sr. Agnaldo Muniz)**

Requer a realização de Audiência Pública, para esclarecimentos sobre irregularidades, veiculadas na imprensa, referente a extração e comercialização de madeira no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que, após ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a Ministra do Meio Ambiente Senhora Marina Silva; o Presidente do IBAMA, Senhor Marcus Luiz Barroso; o Presidente do INCRA, Senhor Marcelo Resende; o Presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira da Amazônia, Senhor Jurandir Gomes de Almeida; Presidente do Sindicato dos Madeireiros de Espigão D'Oeste/RO, Senhor Antônio Eardtman; o Presidente do Sindicato dos Madeireiros de Ariquemes/RO, Senhor Avalone Sosai de Farias, o Presidente da Associação dos Extratores Industriais/Madeiras do Estado de Rondônia, Senhor José de Freitas para, em audiência pública, prestarem esclarecimentos sobre irregularidades no âmbito da extração e comercialização de madeira em Rondônia e no Brasil.

JUSTIFICATIVA

Na edição do dia 14 de maio do corrente, no Jornal Diário da Amazônia, foi publicado artigo sob o título “Ação destrói florestas”, onde o Sr. Pitaluga,



Câmara dos Deputados

Superintendente do IBAMA de Rondônia, disse que “as terras de Rondônia foram mal distribuídas”, referindo-se ao fato de que áreas de matas se encontram em poder de empresas madeireiras, sob manejo florestal, e o INCRA estaria cancelando as licenças de ocupação dadas às madeireiras em anos anteriores e com esta atitude disponibilizando estas áreas para serem ocupadas por famílias de sem-terrás, que com incentivo do INCRA estão recebendo cestas básicas para que permaneçam nas áreas e pratiquem agricultura familiar.

Através do Decreto nº 1.282/94 é dito que “toda exploração florestal na Amazônia deverá ser feita através de projeto de “Manejo Florestal Sustentado”.

A situação é complicada, de um lado há o INCRA cancelando documentos emitidos por ele, há 2,3,5,7 anos atrás, o que caracteriza o absurdo da situação, pois proprietários com base nestes documentos planejaram suas vidas e fizeram investimentos. De outro lado há o IBAMA que não se sabe porque, não só aceita que o INCRA destrua todo um trabalho de criação, conscientização e implantação do manejo florestal, como tem ajudado neste trabalho, cancelando projetos até em áreas sem o problema da documentação.

Por estas considerações, achamos da maior importância que esta Casa discuta o tema extração madeireira, que se conheça os projetos e ações que estão sendo desenvolvidos pelo Governo Federal e as ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito da sociedade civil.

Sala da Comissão, 10 de Abril de 2004.

Deputado Agnaldo Muniz

PPS/RO